



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Nota de Imprensa

Defesa de Manuel Chang diz que prisão é ilegal e exige libertação imediata

- Decisão adiada para amanhã para permitir que o ministério público sul-africano se familiarize com o processo

Na primeira oportunidade que o antigo ministro das Finanças Manuel Chang teve para se dirigir ao tribunal sul-africano após a sua detenção a 29 de Dezembro de 2018, alegou que a sua detenção é ilegal e exigiu sua libertação imediata. Willie Vermeulen, advogado de Chang alegou que no mandado de detenção emitido pela justiça dos EUA não consta solicitação para extradição, sendo por isso que a detenção é ilegal.

A procuradora do ministério público sul-africana que representava o Estado (da África do Sul), Elivera Dreyer, após ouvir argumentos da defesa de Manuel Chang, alegou que precisava de mais tempo para tomar posição sobre o caso, pedindo que o caso fosse adiado. A defesa contestou o pedido de adiamento mas a juíza Sagra Subroyen anuiu e o caso retoma amanhã, quarta-feira.

O caso que estava previsto para iniciar às 9h00, só iniciou perto do meio dia. A audiência ocorreu numa pequena sala do Kempton Park Magistrate Court, em Johannesburg. A sala estava lotada, maioritariamente pela imprensa moçambicana, agentes da Polícia e dos serviços secretos de Moçambique e alguma imprensa internacional.

Depois de uma longa espera, Manuel Chang surgiu através de um túnel que dá acesso directo à sala a partir da cadeia onde se encontra encarcerado. Trajando o seu vestuário normal e sem algemas, Chang veio escoltado por quatro agentes de segurança sul-africanos, fortemente armados.

Como questão prévia, discutiu-se se a sessão podia ser filmada e fotografada pela imprensa. A defesa de Chang primeiro tentou recusar a presença de câmaras na sala de audiências, mas sem fundamento legal. Assim, acabou tendo que anuir com a presença dos jornalistas para que filmassem e fotografassem a sessão e assim foi.

Quando a juíza autorizou que a sessão fosse filmada e fotografada pelos jornalistas,

Manuel Chang deixou-se fotografar, olhando frontalmente para os muitos jornalistas moçambicanos presente na sala.

Chang não dirigiu qualquer palavra ao tribunal, levantava-se e sentava sempre que fosse solicitado mas sem nunca se pronunciar. Toda a sua defesa foi representada pelo mais velho dos seus quatro advogados de defesa.

Decidida a interrupção da sessão de julgamento, Manuel Chang foi recolhido de volta para a sua cela, abandonando a sala de audiências pelo mesmo túnel de onde havia entrado.

A Procuradoria Geral da República emitiu ontem um comunicado acerca do caso das dívidas ilegais e da detenção de Chang, referindo, dentre outros espectros que já existem 18 arguidos constituídos em conexão com o caso e que espera cooperar com Africa do Sul e EUA para responsabilizar os indiciados em conexão com o caso . Mas desde 2015 que o caso foi descoberto, em Moçambique não tem havido avanço na responsabilização.

Nota de explicação

O Centro de Integridade Pública (CIP) segue com grande interesse o caso das dívidas ocultas desde que foi despoletado. Este é o maior escândalo financeiro desde que Moçambique existe como Estado e os seus efeitos são por demais dolorosos para os moçambicanos. Por estes motivos, o CIP decidiu acompanhar de perto todos os desenvolvimentos do caso para melhor se informar e consciencializar os moçambicanos sobre os males da corrupção.

O CIP passará a fazer publicações especiais relacionadas com todos os acontecimentos importantes do caso para que mais moçambicanos possam acompanhar a evolução dos factos. O CIP colabora e está aberto a colaborar com a imprensa moçambicana para troca de informação em torno deste caso.

Maputo, 08 de Janeiro de 2019



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Rua Fernão Melo e Castro no 124, Bairro da Sommerschield,
Tel.: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917 Cel.: (+258) 82 3016391
Email: cip@cipmoz.org | www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique